

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 08-11-2017.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Baba Diba de Iyemonja, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 306/17 (Processo nº 2786/17), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 120/17 (Processo nº 1071/17), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/17 (Processo nº 2572/17), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 041/17 (Processo nº 2615/17), de autoria de Reginaldo Pujol; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 216/17 (Processo nº 1873/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Após, foi apregoado o Ofício nº 114/17, de autoria de Comandante Nádia, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, nos dias oito e nove de novembro do corrente, no evento “Cont in Rio”, no Rio de Janeiro – RJ. Também, foram apregoados Requerimentos de autoria de Airto Ferronato e Luciano Marcantônio (Processos Eletrônicos nºs 06307 e 06311/17, respectivamente), deferidos pelo Presidente, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, do dia primeiro ao dia cinco de novembro, no evento “Cidades com Futuro”, em Lima, Peru. Em prosseguimento, o Presidente declarou empossado na vereança, do dia oito ao dia doze de novembro do corrente, em substituição a Aldacir Oliboni, o suplente Baba Diba de Iyemonja, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando-lhe que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Na oportunidade, foram apregoadas Declarações firmadas por Sofia Cavedon, informando o impedimento dos suplentes Carlos Roberto Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Soares Sito Silveira, José Dorley dos Santos e Margarete Costa Moraes em assumirem o exercício da vereança do dia oito ao dia doze de novembro do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Baba Diba de Iyemonja, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e quatro minutos às quatorze horas e trinta e cinco minutos. A seguir, o Presidente declarou a inexistência de quórum deliberativo, deixando-se de iniciar a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do

Legislativo nº 265, 282/17, este discutido por Sofia Cavedon, e 293/17, este discutido por Adeli Sell, Reginaldo Pujol e André Carús, e os Projetos de Resolução nº 042 e 057/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Cláudio Janta e Rodrigo Maroni. Após, foi apregoado o Ofício nº 1785/17, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17 (Processo nº 2066/17). Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Thiago, Márcio Bins Ely, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, este duas vezes, Roberto Robaina e Tarciso Flecha Negra. Após, foi apregoado documento endereçado à Direção do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, assinado por Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aírto Ferronato, Professor Wambert, Felipe Camozzato e Moisés Maluco do Bem. Durante a Sessão, Dr. Goulart, Dr. Thiago e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por João Carlos Nedel, Valter Nagelstein e Cláudio Janta e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Suplente Baba Diba de Iyemonja, em função da impossibilidade de os Suplentes Carlos Roberto Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Soares Sito Silveira, José Dorley dos Santos e Margarete Costa Moraes assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Aldacir Oliboni. Solicito ao Suplente Baba Diba de Iyemonja que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Baba Diba de Iyemonja prestará a seguir.

O SR. BABA DIBA DE IYEMONJA: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Declaro empossado o Ver. Baba Diba de Iyemonja. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver. Baba Diba de Iyemonja, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

O Ver. Baba Diba de Iyemonja está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. BABA DIBA DE IYEMONJA: Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar aqui a Presidência da Casa, quero saudar os Vereadores e as Vereadores presentes, saudar o povo de terreiro, que é o povo que eu represento, quero saudar o movimento negro de Porto Alegre, quero saudar o funcionalismo público municipal presente, e reafirmar aqui o compromisso do Partido dos Trabalhadores com a luta do nosso povo trabalhador.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. BABA DIBA DE IYEMONJA: Quero reafirmar também a importância do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre como patrimônio do povo porto-alegrense.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. BABA DIBA DE IYEMONJA: Quero honrar, nesses três dias em que ocuparei o mandato, cada voto que foi depositado na urna pelos meus eleitores, quero fazer desses três dias quatro anos e apresentar PLs que realmente dignifiquem nosso povo e que promovam a igualdade de direito. Quero fazer desta Casa, como sempre e como deve ser, a Casa do Povo, que seja privilegiado o direito do cidadão. Quero aqui saudar os Suplentes de Vereador que abriram mão para que eu pudesse hoje assumir. Gostaria também de fazer uma saudação especial ao Ver. Oliboni que, infelizmente, por conta de um problema de saúde, me oportuniza cumprir alguns dias de mandato. Quero saudar a iniciativa do Partido dos Trabalhadores, que oportuniza esse rodízio para que os Vereadores Suplentes sejam valorizados. Eu represento um povo que nunca sentou nessa cadeira de Vereador, nunca sentou, que nunca teve vez. Eu represento o povo que sempre esteve aí nessa plenária reivindicando direitos pelas ameaças que chegam de projetos que vêm a esta Casa tentando cercear a liberdade do nosso povo. É esse o povo que eu represento, que é o povo da periferia, que é o povo de terreiro, que é o povo que luta para garantir o seu pão de cada dia e, pelo menos, ter o direito de tocar o seu tambor e professar a sua fé. O povo que é molestado diuturnamente nas escolas, nos espaços de saúde, nos espaços públicos, por conta da sua orientação religiosa.

Hoje, por exemplo, o povo que me escolheu, que depositou seu voto na urna, não está me vendo como eu fiz campanha, com a indumentária que traduz o lugar de onde eu falo, porque existe uma norma regimental nesta Casa que não me permite

usá-la. Mas essa mesma norma faz alguma ressalva, dizendo que eu poderia, por exemplo, estar pilchado.

Mas o que eu quero dizer é que a sociedade porto-alegrense é formada por outras matrizes civilizatórias, não só a matriz civilizatória europeia. Nós temos matriz civilizatória asiática, africana, que fazem parte e constroem essa sociedade.

Quero reafirmar o compromisso com o Estado Democrático de Direito, com o Estado laico. O fato de eu ser representante do povo de terreiro não significa que eu vá estar exprimindo fundamentalismo religioso no Legislativo, nada disso, nós primamos pela democracia e pelo Estado laico, nós viemos aqui para falar de igualdade de direitos para o nosso povo de terreiro, que sempre foi, sempre esteve à margem da sociedade.

Este momento em que eu assumo o mandato é de suma importância, é um momento de luta da nossa Cidade, de resistência para que o nosso patrimônio não seja leiloadado, vendido para o poder capitalista. E é um momento também em que o Brasil assiste a atos de intolerância religiosa, algo que tem sido perpetrado contra as comunidades de terreiros Brasil afora e que já está chegando no Rio Grande do Sul. O nosso povo tem sofrido violência, pais e mães de santo têm sido assassinados pelo Brasil por puro processo de racismo e intolerância religiosa – aliás, esse mesmo racismo que permeia nossa sociedade brasileira. Nós não podemos esquecer que, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no Brasil, todas as leis foram criadas em cima de um processo escravocrata e tiveram, antes de qualquer coisa, a função de cercear o acesso do povo negro e do povo mais pobre aos direitos que deveriam ser garantidos a todos.

Então, a nossa luta diária é no combate ao racismo, e a intolerância religiosa nada mais é do que a face mais perversa do racismo brasileiro, é quando eles tentam cercear nossa liberdade a partir do sagrado que está em nós. Povo de terreiro é um povo que constrói, os terreiros são espaços civilizatórios que guarnecem o legado de um povo, que é onde o povo se organiza para enfrentamento do racismo lá fora.

Eu gostaria muito, muito, muito, de, mais uma vez, saudar a iniciativa do Partido dos Trabalhadores nessa questão do rodízio de mandato, porque nós estamos aqui hoje assumindo o mandato de Vereador. Eu sou vivenciador do axé, eu sou vivenciador de terreiro, eu sei das necessidades do nosso povo, eu estou na periferia fazendo frente a frente ao tráfico de drogas, por exemplo. Eu estou na periferia, eu sei qual a dificuldade, por exemplo, quando a polícia bate na porta porque o vizinho fez a denúncia, e chega lá no judiciário, e o juiz pede alvará. E nós não temos alvará porque a maioria dos terreiros são oriundos da periferia, de ocupações que não têm certificado de propriedade da terra. E a maioria são construídos em casinhas de compensado, então não tem habite-se, por isso não tem acesso a alvará. Então, o meu compromisso nesses três dias de mandato é sugerir um projeto de lei que crie um alvará específico para povo de terreiro, que esteja fora da exigência do habite-se, mas que cumpra todas as outras legislações da Lei Orgânica do Município. A gente precisa disso, Porto Alegre acolhe em torno de 15 mil terreiros, é uma população bem expressiva. E o fato de eu estar cumprindo o mandato, por três dias, mostra para o nosso povo que é possível a gente estar aqui, desde que cada um de nós tenhamos o compromisso com o voto. É um povo

que eleger, é um povo que vota. Vamos votar em representantes, de fato, do nosso povo, porque só nós sabemos onde dói o nosso calo. Só nós sabemos exatamente das nossas necessidades. Nós é que sofremos com o racismo comercial, por exemplo, quando você vai numa loja e encontra dendê que não é dendê, mel que não é mel, vara de marmelo que não é vara de marmelo e tem que pagar porque o mercado livre não tem legislação nenhuma que o normatize. E ainda vem escrito no rótulo do dendê que é impróprio para uso como alimento. Nós sabemos o que é o racismo comercial. Nós sabemos o que é o racismo ambiental, por exemplo, quando nos taxam de depredadores do meio ambiente quando depositamos o nosso ebó na beira do rio, numa mata ou numa encruzilhada. Isso se chama racismo ambiental, quando dizem que toda a depredação do meio ambiente é culpa do povo de terreiro. Nós sofremos racismo quando entra um projeto de lei que tenta proibir a utilização dos nossos animais nos espaços de terreiros. Nós sofremos racismo porque também temos o nosso processo de segurança alimentar. Nós estamos na terra do churrasco, na terra onde a maioria das pessoas consome carne, e, ao que me consta, não existe como consumir um animal vivo. Então eu represento esse povo e um dia irei ocupar definitivamente essa cadeira que é de direito do povo de terreiro. Não tenho dúvida de que os nossos Vereadores vão fazer um movimento para que esta Casa possa autorizar que eu venha representar o meu povo com a minha indumentária de babalorixá. Boa luta para todos nós. Municípios, estamos com vocês. Axé.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Estão suspensos os trabalhos para os cumprimentos ao novo Vereador.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h34min.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel – às 14h35min): Estão reabertos os trabalhos. Visivelmente não há quórum para a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2418/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/17, de autoria do Ver. Professor Wambert, que inclui a efeméride Dia de São Patrício no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de março.

PROC. Nº 2573/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 282/17, de autoria

do Ver. Márcio Bins Ely, que cria o Programa Bueiro Inteligente.

PROC. Nº 2666/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 293/17, de autoria do Ver. André Carús, que institui e define como Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA) a área que especifica, compreendida entre os Bairros Bom Fim, Farroupilha, Floresta, Independência, Rio Branco e Santana.

PROC. Nº 2156/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 042/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Valmir Coelho Mendonça – sócio-proprietário do Centro de Formação de Condutores Centauro.

PROC. Nº 2741/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 057/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede a Comenda Porto do Sol ao enxadrista Danyel Angelo Aquino Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; saúdo o colega que hoje integra a nossa bancada; seja bem-vindo, Baba Diba, é um prazer dividir contigo a bancada, as preocupações com a nossa Cidade. O *script* que temos que seguir aqui, neste momento, é a sessão de pauta. Hoje, há apenas cinco projetos em pauta e, entre títulos e outras coisas, que, com todo o respeito, são importantes, há um projeto que trata de uma Zona de Inovação Sustentável em Porto Alegre, incluindo o Bom Fim, o Farroupilha, que é um pequeno bairro, Floresta, Independência, Rio Branco e Santana.

Tem uma discussão aqui sobre qual deve ser a configuração do 4º Distrito, e há setores da municipalidade, inclusive alguns servidores que eu conheço, que estão ajudando a construir coletivamente, há anos, esta região, como uma zona especial. Chegamos a colocar, inclusive, o 4º Distrito como uma área de inovação na área de saúde.

O Ver. Carús propõe aqui um outro espaço geográfico para que nós possamos discutir a questão da inovação sustentável. Nessa região nós temos, por exemplo, o Hospital de Clínicas, que é um hospital que, além de ser 100% SUS, atende a várias especialidades e faz vários experimentos altamente importantes para a saúde das pessoas, então tem um sentido. Nós temos também nesse espaço o Hospital Moinhos de Vento, apesar de ser um hospital filantrópico, tem, inclusive, se expandido, está na Restinga, e nós temos feito cobranças a essa instituição hospitalar, porque, sendo filantrópica, tem vários benefícios fiscais. E talvez, Ver. Alvoni, se nós conseguíssemos colocar isso dentro de uma área de incentivo, uma parte significativa do seu trabalho na área da saúde deveria ser feito dentro de uma inovação sustentável, ou seja, para garantir a vida e a dignidade da pessoa humana. Há outros espaços dentro desses bairros citados pelo Ver. Carús que são extremamente importantes, porque, no bairro que ele

cita, também nós temos o nosso Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. Inclusive sofre contradições, e provavelmente aqui nós vamos encontrar servidores do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. (Palmas.) Nós precisamos, dentro desse projeto do meu colega Ver. Carús, fazer com que elementos, setores desse hospital se integrem, portanto, dentro desse projeto. Nós poderíamos ter, discutindo, e talvez, vocês, servidores, melhor do que nós, Vereadores, pudessem aportar uma proposição ao Vereador para que pudessem fazer uma reunião, já que o Vereador é Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, um debate sobre que áreas, que inovações, que aspectos do desenvolvimento tecnológico sustentável nós podemos fazer no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. Vejam que eu só fiquei em uma área, na área da saúde, poderia adentrar em outras áreas. Portanto eu acredito que o projeto do meu colega é meritório e quero fazer aqui uma provocação ao pessoal da área da saúde que tem tido um grande avanço na questão da tecnologia para buscar a melhor qualidade de vida para quem adoece e também se antecipar à melhor qualidade de vida para as pessoas, para que elas não adoçam, em especial ao Presidente Vargas, e que eu possa ser, quem sabe, o interlocutor desse debate, trazendo para nós um aporte de sua experiência. Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ver. Adeli Sell, eu quero cumprimentá-lo porque V. Exa. cumpriu o Regimento, ficou estritamente na Pauta. Parabéns, Vereador, o senhor é um Vereador legal.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. A Vereadora também irá falar exatamente no assunto da Pauta.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: O Ver. Nedel me colocou numa saia justa, mas hoje eu vim de eslaque, aí vai ser mais difícil. Ver. Nedel, quero cumprimentá-lo, pois o Vereador foi bastante inteligente e sensível na condução dos trabalhos no início da tarde, permitiu que o nosso Vereador, Baba Diba, pudesse falar um tempo maior, acho que é uma emoção para alguém que representa os povos e territórios tão excluídos, tão invisibilizados, poder estar nesta tribuna. Quero fazer aqui o registro de que o Ver. Aldacir Oliboni estará uma semana em licença saúde, realizando uma pequena cirurgia, e me recomendou que dissesse aos municipais e municipais, pois hoje à tarde haveria Reunião Conjunta das Comissões, que ele estará com o coração e com a energia dele para que não passe nenhum projeto que retire direitos. Na discussão preliminar de Pauta, não fui eu, Ver. Nedel, vou ler para o senhor, há um projeto de lei que cria o Programa Bueiro Inteligente. Eu imagino que é uma iniciativa criativa do Ver. Márcio Bins Ely para que os bueiros não entupam na cidade de Porto Alegre, provavelmente porque eu não tenho o texto neste momento. Quero dizer, Ver. Nedel, neste momento acontecendo uma reunião aqui ao lado com o comando de greve, que a gestão mais

inteligente que tem é a gestão que faz uma gestão participativa, colaborativa, criativa e respeitosa com os funcionários municipais e as funcionárias municipais. Neste tema do DEP, ontem ainda encaminhei para o 156 um problemão de uma escola que fez uma obra, provavelmente terceirizada, na Zona Sul, que acabou a empresa contratada ligando o esgoto cloacal da escola à rede pluvial, e os vizinhos perceberam. São vizinhos zelosos, o que aconteceu? A dificuldade de fiscalização do DEP, do DMAE, a incompetência, no caso, da gesta. Que agora acabou separando parte do DEP e parte do DMAE, está tudo no serviço público, ninguém sabe a quem se remeter, e a Prefeitura não consegue nem fiscalizar, e nem tomar uma atitude depois, Ver. Nedel. E aí não há bueiro inteligente que agunte a ausência de servidores, ou porque não são repostos, ou porque não são valorizados, ou porque se exacerba a terceirização, que infelizmente é o modelo que o Prefeito quer colocar na da cidade de Porto Alegre. Então, Vereadores, Vereadoras, a gente faz esforços importantes nesta Câmara como esses projetos de lei. Acho que o esforço da última Sessão foi um esforço decisivo para responder essa demanda da Cidade, de uma Cidade com uma gestão inteligente, eficaz, competente, que consiga resolver as questões básicas de funcionamento da Cidade. Essa Câmara disse: “Olha, se o Prefeito não resolve essa greve, que está piorando as condições em cima de uma gestão temerária, nós na Câmara vamos resolver”. Hoje era para ter Reunião Conjunta das Comissões, não terá, porque o Governo sentiu que perderia e recuou, retirando o projeto. E nosso empenho agora, no debate dos projetos desta Casa é que os próximos, eles tenham e só andem se houver um entendimento com essa brava categoria municipal. Chega de chegar a esta Casa projetos de lei que coloquem em cheque, que coloquem em suspenso, em impasse um trabalho que a gente precisa que seja realizado na da cidade de Porto Alegre, até para evitar que tenhamos que criar subterfúgios quiçá para suprir gestões temerárias. Mas eu só quero dizer que nós estamos confiando, estamos ali em reunião, estamos aqui, que vamos encontrar uma boa solução para a saída da greve. Mas não ajuda, não ajuda o Prefeito, ontem dizer que a Carris está com os dias contados, dizer que está retirando o projeto, mas quer fazer um amplo debate, porque essa estrutura aí de Plano de Carreira, quebra a Cidade, não é possível, não é sustentável. Nós não acreditamos nisso. Até agora quem construiu esta grande e maravilhosa Cidade de Porto Alegre foi, sim, um conjunto de servidores muito dedicado, que construiu e lutou pela sua carreira, que a sua carreira estimula a sua qualificação, a sua permanência, a sua dedicação, e nós vamos defendê-la para o bem da cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Vereador-Presidente, a Pauta hoje traz para a discussão preliminar cinco projetos, todos de autoria de nossos colegas Vereadores: Ver. Wambert, Ver. Márcio

Bins Ely, Ver. André Carús, Ver. Rodrigo Maroni e Ver. Airto Ferronato. Obviamente, todos os projetos têm a sua importância; uns, segundo o juízo pessoal de cada um, mais intensa do que outros. Eu, por exemplo, fico muito tocado na ideia de discutir com o Ver. André Carús essa inovação que ele traz da Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de aproveitar uma bela oportunidade que a Ver.^a Sofia Cavedon me ofereceu no seu pronunciamento, quando ela manifestou, Sr. Presidente, a sua aspiração de que houvesse um novo entendimento entre empregador e empregado, patrão e obreiros, servidores e Prefeito Municipal. Ora, Sr. Presidente, ainda que eu confesse que isso não está escrito na Pauta, mas está escrito no meu desejo pessoal da mesma forma que no desejo da Ver.^a Sofia Cavedon: que as partes possam se entender novamente é o desejo da Cidade. E para que isso aconteça, o Governo deu um passo importante no dia de ontem, quando retirou esse projeto de tramitação, que era a maior pretensão da classe, para que ele possa ser discutido, rediscutido, renovado, reformado, rejeitado, seja lá o que for, mas que seja discutido como uma manifestação concreta do desejo de nos entendermos com os servidores do Município. Que isso prospere, é o meu desejo. Desejo que tem que ser compartilhado por todos nós, porque a todos nós cabe algum recuo e outros tantos avanços para que isso possa ocorrer da melhor forma possível.

Por isso, esses cinco projetos que estão em Pauta, todos importantíssimos, não são maiores do que o apelo da Ver.^a Sofia Cavedon no sentido do entendimento. Queremos o entendimento! Queremos as partes se entendendo! Cada um fazendo a sua parte e todos nós contribuindo para que ele possa acontecer!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, nesta discussão preliminar de Pauta, faço aqui, inicialmente, uma referência, e agradeço o colega Ver. Adeli, que estava na reunião com os servidores e alguns colegas. V. Exa. tem sido um parceiro nessas boas lutas para que possamos consolidar nossa Cidade como um polo de inovação, de inteligência, de economia criativa e de empreendedorismo sustentável. É nessa perspectiva que protocolei o projeto de lei que define uma delimitação territorial da zona de inovação sustentável em Porto Alegre. Há algum tempo, o bairro Floresta, São Geraldo, Independência, parte do bairro Bom Fim e do bairro Santana, diversos empreendimentos que tenham o viés de atuar, produzir, comercializar, preservando os recursos naturais, respeitando o meio ambiente, e adotando os critérios da sustentabilidade, estão ali implantados. Muitas outras ideias, além desses empreendimentos e projetos, também estão instalados. Nada mais adequado, já que nós temos no horizonte a revisão do Plano Diretor, prevista para o ano que vem, e que será feito pela Câmara Municipal, que nós possamos delimitar,

territorialmente, a Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre. Isso estimula o empreendedor local e incentiva as pessoas para que tenham um olhar mais atento para que a sustentabilidade seja algo presente nas nossas condutas, tanto do setor público, como do setor privado. Tenho certeza que poderei contar com o apoio dos colegas para aprovação desse projeto que vai trazer um novo marco para a inovação sustentável em Porto Alegre, até por que já existem estudos e posições bastante concretas para que possamos avançar nesse tema na Cidade.

E já que estamos falando também em meio ambiente e sustentabilidade, Ver. Adeli, eu quero fazer uma reflexão sobre o projeto que altera a Lei Orgânica e tem relação com o DMAE. E vou trazer a manifestação do atual diretor-presidente da Corsan, Flávio Presser, que, até há bem pouco tempo, esteve conosco aqui no Município dirigindo o DMAE, porque muitos querem fazer uma comparação, na minha avaliação, equivocada, com a parceria público-privada que está sendo feita no Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Corsan e o projeto de emenda à Lei Orgânica que veio para esta Casa sem nenhum diálogo, tanto com a sociedade, muito menos com os servidores do DMAE. E o que diz o Presser, no seu artigo publicado ontem no Jornal do Comércio. Vou ler um trecho: “A PPP da Corsan, parceria público-privada, tem apenas um lado e objetivos bem definidos. O atendimento da sociedade que quer esgoto tratado, a contribuição da solução dos rios Sinos e Gravataí, que clamam proteção, o cumprimento dos compromissos assumidos com o poder concedente, que são os Municípios, e a preservação da Corsan 100% pública e fortalecida para cumprir a sua função social”. Isso é o que diz o artigo do Presser. Já existem leis nos planos federal, estadual e também municipal que regulam parcerias público-privadas. A Prefeitura de Porto Alegre pode ser valer, por intermédio do DMAE, dessas regulações de parcerias público-privadas que já existem, sem alterar a Lei Orgânica, porque o controle deve permanecer público. Sim, precisamos do apoio, dos recursos do capital privado, porque o Orçamento público tem um “cobertor” curto e as dificuldades são enormes. Mas não vamos abrir a porta aprovando esse projeto de emenda à lei orgânica, que está mal redigido, e o Governo deve assumir a responsabilidade de consertá-lo para dar tranquilidade aos servidores do DMAE, dar tranquilidade à população de que o serviço do DMAE – que são de excelência, reconhecidos internacionalmente – possam continuar sendo prestados da melhor forma possível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Carús. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço à colega Sofia e quero cumprimentar os meus colegas Sgarbossa e Baba Diba para poder falar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Servidores e servidoras, houve um avanço, alguns passos foram dado, outros devem ser dados para que possamos caminhar por uma trilha de segurança. Nós não queremos tocaias, nós

não queremos desvios de rota, nós não queremos surpresas que nos façam assustar, seja de dia, seja de noite, muito menos na véspera do natal ou na véspera de um novo ano. Nós sempre selamos compromissos, nós sempre cumprimos com a palavra porque os princípios são inerentes à moral das pessoas. As normas são construções coletivas de legislativos e de governos; a nossa conduta é de boa-fé subjetiva, está em nós, é nosso princípio, é nosso jeito de ser e de fazer. Mas a boa-fé objetiva está em quem tem a caneta na mão e de quem pode decidir. Portanto, as cartas estão postas, as cartas estão na mesa. Nós tivemos conquistas, mas nós não podemos ter as ameaças que a Cidade inteira ouviu ontem nas ondas de uma rádio da Cidade, repercutida na mídia hoje de que a Carris tem seus dias contados. Não, não e não! A Carris esteve na mão de uma multinacional americana, e o Prefeito de então, Leonel Brizola, fez a estatização. Não esqueçamos disso agora que, ao longo dos anos, depois dos bondes, que foi um golpe arquitetado pelas empresas de ônibus, carrocerias, pneus e pelo controle de menos de uma dúzia de famílias das multinacionais do petróleo, os nossos bondes foram detonados. O serviço de ônibus veio, a Carris sobreviveu, tem mais de 22% da divisão do bolo, funciona, mas eles estão fazendo com que ontem estivesse 139 ônibus no pátio da Carris. O contrato com a Volvo foi assinado, mas as peças não foram compradas. Estão canibalizando os ônibus desde a gestão passada e, nesta, está sendo dado um golpe para ser o golpe de misericórdia. No entanto, mesmo com a espada de Dâmocles na nossa cabeça, nós não vamos desistir, nós resistiremos com os servidores da Carris, com serviço público de qualidade, porque sem a Carris não vai ter transporte transversal, não vai ter melhoria, muito pelo contrário. Ademais, aqui ninguém é hipócrita, a nossa bancada, do PT, votou pelas PPPs em nível nacional, no Estado e aqui, mas PPP é PPP e não é golpe contra o serviço público. Vamos deixar isso muito claro, muito claro! É diferente de uma privatização nua, crua e cruel. É muito diferente! O que nós queremos, sim, é discutir coisas ousadas e inovadoras. Nós, no passado, fomos buscar dinheiro no Banco Mundial, fomos buscar dinheiro em vários fundos internacionais, mas para fazer a cidade caminhar para frente. Nós nunca iremos atrás para vender a cidade. Neste momento, Carús, Pujol, eu e outros nove Vereadores, doze, somos da Comissão do Mobiliário Urbano. Hoje saiu uma notícia de que JCDecaux rompeu o contrato num dos aeroportos do Brasil e querem vir para cá. Não virão, nós temos empresas daqui, nós temos servidores daqui, nós temos vergonha na cara. Viva Porto Alegre! Nenhum recuo!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito boa tarde, senhoras e senhores servidores, sejam muito bem-vindos à Casa.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores e trabalhadoras, municipais que se encontram nesta Casa; ontem, estiveram em assembleia, e não chegou a tempo até vocês o documento do Governo retirando desta Casa o Projeto nº 011, para o qual, hoje à tarde, nós iríamos fazer uma Reunião Conjunta das Comissões a fim de avaliar. Eu venho aqui em nome de uma parcela da população de Porto Alegre que eu represento, venho aqui em nome dos trabalhadores do comércio, rodoviários, taxistas, vigilantes, trabalhadores em edifícios, trabalhadores das Zonas Norte, Leste, Sul, da periferia de Porto Alegre fazer um apelo a vocês, trabalhadores da saúde, trabalhadores da educação, trabalhadores da água, trabalhadores do DEP, trabalhadores da administração pública. Vocês ficaram 35 dias numa greve pela retirada desse projeto, que cortava em 50% o salário de vocês. Uma intransigência de um Governo que podia muito bem ter aberto as negociações há 30 dias, há 60 dias, há 90 dias, 120 dias, 180 dias, e optou pela intransigência, optou por uma política que se vê hoje no Brasil inteiro, uma política de esfacelar e destruir o serviço público, para entregar para a iniciativa privada, para terceirizá-lo. Essa greve não é uma greve com o intuito – já falei várias vezes aqui – de buscar o aumento salarial; é uma greve com o intuito de buscar a dignidade, de manter a dignidade de vocês. Eu acredito que vocês conseguiram manter a dignidade das suas famílias. Agora, vocês não podem cair no jogo de tentar trazer a agenda sindical para essa greve vitoriosa de 35 dias. A agenda sindical vai permanecer, e vai ter um grupo de Vereadores vigilantes junto a vocês nessa agenda que vai tratar do parcelamento dos salários, que virou uma roda nos Municípios do Brasil. A agenda sindical pode tratar – a Justiça já tratou – da questão dos dias parados, vai tratar dos demais projetos, que vão precisar não somente de mais de 19 votos, mas vão precisar de 24 votos desta Casa, e isso não se constrói até dezembro. Não é fácil aprovar um projeto de Lei Orgânica aqui nesta Casa. Eu aprovei dois, e levamos quatro anos para fazer isso aqui nesta Casa.

Hoje, conversando com o Líder do Governo, conseguimos que seja constituída com o Governo uma comissão permanente com Governo, Simpa e Câmara de Vereadores para discutir esses projetos. Vai continuar funcionando a Comissão Especial aqui desta Casa. Nós temos a Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Ver. Cassiá Carpes. Nós temos também, nesta Casa, a Frente Parlamentar em Defesa do Servidor Público, presidida pela Ver.^a Fernanda Melchionna. Então eu quero fazer um apelo em nome dessa luta histórica dos municipais. Essa luta não é só de vocês, ela travou uma trincheira que vocês jamais imaginaram, que começa a funcionar para os demais trabalhadores a partir do dia 11, agora, sábado, que precariza o trabalho de todas as pessoas. Mas em Porto Alegre, com 35 dias de luta, de caminhadas, de piquetes, vocês conseguiram garantir os seus direitos. Não joguem tudo isso fora. Vocês não estão representando somente os 21 mil municipais de Porto Alegre; vocês, nesta luta, estão representando milhões e milhões de trabalhadores brasileiros contra uma política destruidora das suas conquistas. Saiam dessa luta vitoriosos com certeza. Vocês são vitoriosos! O PLCE nº 011/17 foi retirado desta Casa graças à unidade e à luta de vocês, e os demais projetos não passarão nesta Casa, graças à unidade e à luta de vocês! Parabéns municipais de Porto Alegre! Foi uma sábia decisão da assembleia de voltar

a atender a população de Porto Alegre que precisa urgentemente de vocês nas suas unidades de trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionários da Câmara de Vereadores, em especial aos servidores que estão aqui em mais um dia que acho é de vitória, um dia de vitória depois de 34 dias. Eu me lembro desde o primeiro mês, quando entrou na Câmara o pacote de projetos, eu comentava no Plenário desta casa ainda agora que a minha intenção era conversar. Eu estou vindo agora de um resgate, gente; por baixo desta camisa estou com uma camiseta rasgada porque a minha pauta não tem política pública nenhuma. Fui a Cidreira dar uma entrevista e acabei parando em uma casa de uma senhora de 87 anos, com esquizofrenia, que tinha 100 animais, com 30 animais mortos dentro da casa, agora! Esta é a realidade de todas as Prefeituras, uma ausência completa. Se tiver algum servidor aqui da secretaria dos animais posso dizer que inclusive é uma pauta para a qual quero que vocês me ajudem logo em seguida porque há uma ausência plena de política pública para a minha pauta, voltada para os animais. Eu costumo dizer que para os animais está no negativo, com dívida e não tem remuneração há muito tempo. Mas queria dizer que, como falei aqui acerca de um mês, que conversaria com o Prefeito Marchezan, pela minha história ser toda em defesa do funcionalismo público, por pai, mãe e principalmente pela luta, desde os meus 16 anos, estive na militância estudantil apoiando as greves dos professores, dos bancários e dos funcionários. Mas, fundamentalmente, esta greve teria que ser encerrada pelo clima que estava na Cidade. E eu sentei umas duas ou três vezes com o Prefeito Marchezan justamente para fazer esse pedido, porque não teria como votar favorável a qualquer extinção que fosse prejudicar os servidores públicos.

Aqui eu falo muito claramente, Alexandre, que não é possível que nesta mesma Câmara se aprove salário de R\$ 40 mil da Fazenda – porque todo o início de ano eles vêm aqui dizer que não vão ter dinheiro para pagar – e se tire do funcionalismo público daqueles que ganham de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil, porque essas pessoas iriam passar a ganhar a metade – não podia isso!

E uma das coisas que fui justamente para sinalizar – e tinha falado para o pessoal do serviço público que foi lá meu gabinete conversar, fui na assembleia dos servidores –, quando tinham os 18 votos aqui para aprovar o Regime de Urgência, e precisava de 19 votos, na quarta-feira passada, foram no meu gabinete e eu vim aqui votar e fui o 19º voto. Eu vim ser o 19º voto porque eu queria encerrar a greve, não para derrotar o Governo, ou para derrotar um político ou outro, um partido, até porque eu acho que isso é consequência de muitos governos, das gestões públicas. Eu vejo vocês aqui ano após ano. Eu sou jovem na Câmara, mas nos três anos que estou aqui, não vi

nenhum final de ano em que o serviço público não estava aqui para exigir e lutar pelos seus direitos seja por reajuste, seja pelos seus direitos que estavam sendo atingidos, e por todos os partidos. E falei ao Prefeito Marchezan que não teria como. E graças a essa situação conseguimos entrar em um consenso agora e retirar esse PL.

E tem uma luta pela frente que não podemos abandonar que é o resto do pacote. Para o resto do pacote, vão ser fundamentais a mobilização dos servidores e a sensibilidade dos Vereadores, porque não dá para mexer em direitos de servidores. Eu sou da opinião de que hoje há uma consequência de muitas más gestões. Mas isso tu tens que fazer um planejamento para 30 anos, não arrombaram o cofre da Prefeitura em dois, três anos, não, foram 40 anos! E tu não vais conseguir resolver o problema em um ano, não dá para empurrar para aqueles que ganham pouco pagar a conta, que são os que mantêm a Cidade. E a Cidade está num ambiente... Cada professora, eu recebi várias ligações, várias mensagens de professoras, de enfermeiras, de pessoas que trabalhavam nas mais diversas secretarias. E acho que esse contato com os Vereadores é fundamental. E eu quero aqui dar parabéns ao serviço público de Porto Alegre por ter ensinado que a mobilização resolve, por estar aqui em mais um final de ano. Quando dizem que o serviço público é uma cambada de vagabundo, eu digo que lamentavelmente são poucos os trabalhadores que ano a ano têm que lutar pelos seus direitos para serem mantidos. Todos os anos têm que ter mobilização, todos os anos têm que ter pressão. E aí eu digo o seguinte: é fundamental, e eu espero que as próximas gestões entendam, assim como esta gestão teve a sensibilidade, que para qualquer Prefeitura dar certo, para qualquer serviço dar certo, assim como o meu, por exemplo, que é relacionado aos animais, é fundamental ter a participação dos servidores públicos, porque esses que estão há 20, 30 anos entendem muito mais da máquina pública do que qualquer político de uma gestão, duas, ou que qualquer Vereador. Parabéns ao serviço público, a nossa luta não termina aqui, tem muito pela frente, mas vocês podem contar comigo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, eu peço a atenção.

Apregoo o Ofício nº 1705/GP, do Sr. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre (Lê.): “Porto Alegre, 7 de novembro de 2017. Sr. Presidente. Ao cumprimentá-lo cordialmente, considerando a determinação do Governo de manter o compromisso assumido, em negociação com o Sindicato dos Municipários (Simpa), o Comando de Greve e os Vereadores, a fim de promover amplo debate com a sociedade antes da apreciação do plenário, solicito a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar – PLCE nº 011/17, nos termos do art. 106, inc. I, do Regimento deste Legislativo. O Governo tem a convicção de que, neste momento, a iniciativa servirá para ampliar o debate com a sociedade sobre uma estrutura de pessoal que compromete a sustentabilidade financeira da Prefeitura e o próprio futuro do funcionalismo. Atenciosas saudações. Nelson Marchezan Júnior, Prefeito de Porto Alegre.” Recebido

por esta Presidência no dia de ontem no final da tarde, e imediatamente determinou a Diretoria Legislativa da Casa para que procedesse aos atos de ofício, qual seja, a retirada do projeto e o reenvio do mesmo ao Governo Municipal. Em virtude disso, gostaria de pedir que o Ver. Cláudio Janta, por gentileza, assumisse a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Vereadores, Vereadoras, meus distintos colegas, especialmente, senhoras e senhores municipais, sejam todos muito bem-vindos aqui, mais uma vez na nossa Casa fazendo a justiça com a mobilização de que todo o servidor que sinta ameaçado o seu direito ou suas conquistas tem absolutamente o direito de fazer.

Eu quero fazer algumas reflexões, dizer que temos sido absolutamente abertos às senhoras e aos senhores, há consciência disso.

Quero dizer que este ano de 2017 tem sido muito importante para este Legislativo, meus caros colegas, porque a sociedade porto-alegrense está podendo ver de forma mais clara e evidente o papel de uma Câmara. Temos votado aqui temas do dia a dia da cidadania, a questão dos impostos municipais como o IPTU, das passagens de ônibus, que dizem respeito aos estudantes, aos trabalhadores, enfim, a cada um que vive na Cidade. E agora, por último, a questão dos servidores públicos.

Eu quero agradecer, por último agora, na reunião que fizemos há pouco, a liderança do Simpa pelo diálogo maduro que conseguimos encaminhar no final desse processo. E quero agradecer muito especialmente aos meus Pares Vereadores, que têm ajudado a fazer esse amadurecimento, essa mediação, que é absolutamente necessária.

Quero agradecer ao Ver. Luciano Marcantônio, que representou o Ver. Moisés Maluco do Bem e que se comprometeu conosco ali, com vários Vereadores, com a pauta que o Simpa encaminhou. E quero, não usando os cinco minutos, apenas deixar aqui um apelo, na mesma linha que disseram outros tantos Vereadores, eu quero me valer de uma fala que disse meu colega de bancada, ainda ontem, numa comunicação interna nossa aos demais Vereadores da nossa bancada. O Ver. Carús disse: “Os servidores públicos não são o problema, os servidores públicos devem ser parte da solução”. (Palmas.) Tem razão, e eu quero dizer que o problema são os desvios, o problema são os privilégios. (Palmas.) E o problema para nós, políticos, está na falta de compromisso e na corrupção. (Palmas.) Mas esses problemas são nossos, da sociedade brasileira, e nós é que vamos ter que corrigir, e nós estamos buscando corrigi-los.

Agora, eu faço o mesmo apelo que o Ver. Janta fez, que o Ver. Cassiá fez, que o Ver. Moisés, Líder do Governo, fez; faço um apelo aos servidores, faço um apelo à liderança da Simpa, e disse há pouco ali, é importante saber a hora de entrar numa

greve e é importante saber a hora de sair de uma greve. A categoria está saindo fortalecida, a categoria sai com o apoio majoritário da Câmara de Vereadores, mas eu quero lembrar que são mais de 30 dias de greve, e, ao final de mais de 30 dias de greve, quem sofre é a população, as crianças das nossas escolas, as pessoas que precisam do serviço municipal de saúde e os próprios trabalhadores, porque eu tenho certeza de que o que mais querem é voltar ao trabalho neste momento.

Então, à vitória dos servidores eu quero usar este tempo de presidente, e, com muita honra, permitam-me que fale aqui em nome dos 36 Vereadores. Eu acho que, com a ajuda dos 36, há uma vitória dos servidores – há uma vitória. Eu quero que os senhores e as senhoras saiam com este sentimento, com este pensamento, com essa convicção. Há disposição do governo de que não haverá punições, há disposição do governo de que está estabelecida uma mesa de negociação para que sejam criadas as condições da compensação dos horários que tiverem que ser compensados e há expressamente o compromisso do Prefeito, nesse ofício, de nós construirmos essa questão do PLCL que mexia em algo que sensibilizou a todos nós, que era o Regime de Dedicção Exclusiva, e nós não achamos que se possa fazer dinheiro nem caixa em cima do salário dos servidores públicos. (Palmas.)

Portanto é o apelo que a Câmara faz, que os Vereadores que estiveram em todos esses momentos ao lado dos servidores fazem e deste Vereador, a quem, circunstancialmente, cabe neste momento a presidência, chegou o momento de que nós todos amadurecemos, estamos concluindo o ano de 2017, foi um ano ruim, tem sido um ano ruim, um ano que, pela primeira vez, se parcelaram os salários dos servidores. Nós não queremos isso. Para que se evite isso, no futuro, é preciso que o serviço público compreenda que ele é uma engrenagem dentro de um mecanismo maior, que ele precisa ser também o amolador do desenvolvimento da sociedade. Iniciativa privada e serviços públicos não podem ser adversários nem inimigos, eles têm que ser complementares. E que nesse sentido a gente aprenda tudo isso que aconteceu ao longo desse ano, vença esse período da greve, volte ao nosso trabalho, e que consigamos todos inaugurar um ano de 2018 com muito mais harmonia e superando esse terrível quadro do parcelamento dos salários. Quero dizer, por último, que houve o apoio dos 36 Vereadores às pautas que os servidores trouxeram aqui e este apoio deve continuar. Mas este apoio vai continuar na medida em que nós conseguirmos identificar quando o Governo estiver sendo injusto e pudermos dizer ao Governo que ele pare, pois está sendo injusto. E quando houver excesso do lado dos servidores, nós também teremos a mesma independência, a mesma hombridade, dignidade e coragem para dizer aos servidores: “Servidores, até este momento deu, a partir daqui nós não podemos mais apoiar.” Este é o papel de autonomia, independência e apoio que nos fez chegar a este momento. Eu acho que é uma vitória a cada dia. A vitória deste momento já está garantida, que era a retirada deste projeto de lei. Então, sigamos com muita maturidade a construir as etapas futuras. Peço e rogo a vocês, em nome do Parlamento e da sociedade porto-alegrense, que neste momento encerrem a greve com o compromisso desta Comissão de Vereadores em continuar apoiando sem os radicalismos – porque o

radicalismo não faz bem a ninguém –, apoiando o melhor caminho, que é o caminho de uma construção de um novo momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Quero, num primeiro momento, dar os parabéns aos servidores, sindicatos, associações e Vereadores que, de uma forma ou de outra, têm participado desse processo que é muito importante para cada um de nós individualmente, para os servidores; que é muito importante para a Prefeitura de Porto Alegre, querendo ela ou não; e ele é fundamental para a Cidade, para que a Cidade possa, ao invés de andar para trás, ao invés de não avançar, poder andar para a frente.

Eu costumo dizer e tenho dito muito isso, Ver. Carús, conforme as suas palavras, hoje ali, na nossa reunião, no sentido de que os servidores podem ser o início da resolução – e via de regra são – dos problemas cruciais que atingem a população que mais precisa dos serviços públicos. Este reconhecimento – e nós temos acordo aqui com diversos Vereadores nesse sentido – foi provado nestes últimos dias. A decisão do Governo Municipal de retirada do projeto ontem, do projeto que mais atacava os servidores – e aquele que também precisava do menor número de votos – foi uma vitória, sim. Foi a vitória da batalha, não da guerra. Por isso, nós decidimos, em conjunto, na manhã de hoje, quando estava repleto de pessoas aqui, manter a Comissão Especial, para permanecermos, sim, alertas a essas situações que podem, a qualquer momento, retornar a esta Câmara. (Palmas.)

É importante que todos entendam que os quatro outros projetos não estão aptos para a votação. Por isso é que não estão sendo enfrentados. Por isso é que nós decidimos priorizar entre os Vereadores – aqueles 19 Vereadores que votaram a favor da priorização do regime de urgência na semana passada quando vocês estavam aqui – o projeto dos regimes, porque aqueles outros não podem ser priorizados. Aqueles outros dependem de passar por todas as Comissões, e só pode ser realizada Reunião Conjunta das Comissões se houver acordo de todas as Lideranças. Por isso é que este projeto foi priorizado. Então, eu quero sublinhar, sedimentar, que foi uma grande vitória.

Agora, nós tivemos um último impasse, que é a categoria, justamente, querendo se reunir com o Executivo, e o Executivo até agora não se manifestou no sentido de querer essa reunião e de aceitar essa reunião. Eu quero trazer aqui uma alternativa a esse processo e vai depender dos servidores, vai depender da decisão soberana de vocês. Nós temos hoje aqui na Câmara Municipal uma maioria sólida que dedicou 19 votos a vocês, a nós todos, à cidade de Porto Alegre, naquele regime de urgência, que hoje já tem mais de 20 Vereadores, com a presença do Ver. Ferronato, e de outros Vereadores que não estavam naquele momento, e isso não pode ser desprezado e perdido. Portanto um conjunto de 19 Vereadores assinou o documento se colocando e colocando a sua posição de contrariedade aos projetos. Vou ler o nome dos

19 Vereadores: Ver. João Bosco Vaz, Ver. Dr. Thiago, Ver. André Carús, Ver. Cláudio Janta, Ver. Alvoni Medina, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Mauro Zacher, Ver. Airto Ferronato, Ver. Rodrigo Maroni, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Roberto Robaina, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Adeli Sell. (Palmas.) Dezenove Vereadores! Ver. Roberto Robaina citei? (Pausa.) Ver. Alvoni Medina, fundamental; Ver. José Freitas, fundamental, Ver. Airto Ferronato, fundamental. (Palmas.) Ou seja, ratificando aquele posicionamento...

(Aparte antirregimental do Ver. Cláudio Janta.)

O SR. DR. THIAGO: Esqueci de quem, Ver. Janta? (Pausa.) Ver. Valter Nagelstein, Ver. Tarciso Flecha Negra. (Palmas.). Então, qual é a proposta? Se o Executivo...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. DR. THIAGO: São 19 Vereadores. Se o Executivo não quer selar este pacto com vocês, a Câmara Municipal quer selar este pacto com vocês, e depende de vocês, só de vocês, o empoderamento definitivo deste Parlamento. Agora nós contamos com a decisão e participação de cada um de vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Dr. Thiago.

O SR. DR. GOULART: Excelência, gostaria de assinar a lista que colocou o nosso querido Ver. Dr. Thiago. O Ver. Dr. Goulart também assina o documento.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero registrar que recebi aqui o manifesto dos servidores aposentados e aposentadas da Prefeitura em apoio à categoria municipal. O ofício está recebido. Muito obrigado.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente Valter Nagelstein, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público hoje presente nas galerias aqui de maneira muito expressiva, representando todas as categorias de

servidores do Município, em especial uma saudação à imprensa, que vem acompanhando também e fazendo uma cobertura importante. Quero dizer que realmente, através da leitura desse ofício, Ver. Dr. Thiago, eu acho que se reafirma aqui o movimento de resistência dentro da Câmara por parte de parlamentares e tenho certeza que mais adesões virão. Não sei se o Ver. Mauro Zacher já assinou ou não, mas tenho certeza que de que vai se somar a nós. Pelas contas que eu faço já temos 22 assinaturas. Eu quero aqui, inclusive, pedir licença para a bancada do PMDB, Ver. Nagelstein, parafraseando o Sebastião Melo, que diz que: “Político é que nem feijão, só amolece na panela de pressão”. Então, eu acho que é muito importante todo esse exercício que vem sendo feito. Eu quero também aqui cumprimentar o esforço que vem sendo diuturnamente realizado por várias categorias de servidores em visita de gabinete em gabinete, olhando olho no olho de cada um, pedindo apoio. Já recebi professores, já recebi aposentados, já recebi o pessoal do Planejamento, já recebi comissão de médicos, procuradores, da Fazenda, enfim, de uma forma muito espontânea vindo ali efetivamente realizar um debate a respeito da manutenção de direitos adquiridos. Eu acho que é muito legítimo e a gente quer cumprimentar esse esforço, acho que está somando bastante, está surtindo efeito. Na realidade, às vezes, o dia a dia da responsabilidade que se tem, através de um mandato popular, ele nos remete a algumas reflexões muito importantes, porque algumas ações podem representar impacto muito negativo na vida das pessoas e também, positivos. A gente recebeu, nesta semana, lá no PDT, uma comissão do Simpa, também representada pelos servidores do DMAE, e eles estão muito preocupados com essa questão do DMAE, como foi dito aqui pelo Ver. Adeli, a questão da Carris já está também claramente posicionada por parte do Governo, da qual discordamos obviamente. A pedido aqui do Presidente do PDT, Ver. Mauro Zacher, nós estamos fazendo um pedido de priorização da Frente Parlamentar em Defesa do DMAE. O PDT vai estar trabalhando, sim, em defesa do Departamento Municipal de Água e Esgotos, porque o indicativo da PPP é para 30 anos, pessoal; 30 anos! Nós não podemos compactuar com esse tipo de iniciativa. Nós precisamos estar preocupados, sim, nós precisamos estar entrincheirados, sim, porque são muitas e sucessórias iniciativas que nos preocupam sobremaneira e, em alguns casos, nós estamos sendo pressionados pela sociedade. Então, essa questão da preocupação de alguns Vereadores aqui com a qualidade do serviço público, com a manutenção da eficiência do serviço público, isso também nos remete a uma responsabilidade, e a gente precisa dessa sensibilidade de vocês. É importante trazer essa reflexão aqui para vocês, fazendo o encaminhamento nesse sentido, porque a gente sabe que, às vezes, transcende o trabalho da eficiência, da eficácia do servidor. Inclusive, foi denunciada, lá no PDT, a falta de novas contratações e de novos investimentos, o que provavelmente poderá dar algum problema, agora no verão, com relação a abastecimento de água. E nós não vamos permitir que esse tipo de prática seja suficiente para justificar o que se está querendo fazer com o Departamento, a gente tem que ficar atento. Não sei se vocês recordam, mal comparando, no final do Governo Fernando Henrique, até uma ideia de logotipo da Petrobras com “x” no final eles inventaram; chegaram a afundar duas

plataformas de petróleo para tentar vender a Petrobras! Aqui em Porto Alegre, no DMAE, nós não vamos aceitar – na Carris também não!

Então, vamos encaminhar essa Frente Parlamentar em Defesa do DMAE, se der, queremos aprovar hoje, se não der, amanhã a gente prioriza, na reunião de Líderes, aí a nossa ideia é de que se possa votar mais tardar na segunda-feira. Estaremos atentos, estaremos entrincheirados em favor da eficiência e da qualidade do serviço público, em favor do servidor, em favor do cidadão, em favor de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, queria cumprimentar a categoria, já nos vimos ontem à noite no debate maravilhoso em relação à Comissão Especial, no Simers – Sindicato Médico do Rio Grande do Sul –, e hoje de manhã, na nossa Comissão Especial. Mas têm muitos municipais e municipais que ainda estão do lado de fora, porque, felizmente, são centenas, são milhares de trabalhadores em greve e centenas que nos acompanham na tarde de hoje, quando fecham 35 dias de uma greve que tem se tornado histórica, e está sendo a maior em tempo e em adesão, falaram-me os colegas de várias secretarias que estão nesse processo de discussões na Comissão Especial.

Quero falar três coisas bem rápidas para a categoria e para os Vereadores e Vereadoras desta Casa. Em primeiro lugar, nós, da oposição, temos claro que existe um projeto autoritário, recessivo e antisserviços públicos levado a cabo pelo Governo Marchezan, um projeto que tenta fazer caixa com os direitos conquistados pela categoria ao longo dos anos, diante do ataque à carreira, tentando reduzir até 50% dos salários, querendo colocar o regime como forma de chantagem, fazendo a legalização do parcelamento dos salários, jogando o 13º salário para janeiro do ano que vem. Por um lado, esse projeto recessivo do Governo Marchezan tem como lógica clara rebaixar globalmente a média salarial dos trabalhadores municipais e, ao mesmo tempo, desmontar o serviço público, mas ele também ataca as municipais e municipais pela importância histórica que a categoria tem na defesa dos seus direitos e na defesa do serviço público. Escolheu os municipais desde o primeiro dia de mandato, fazendo terrorismo com o parcelamento dos salários, xingando, chamando de vagabundo quem defende seus direitos, ofendendo trabalhadores, como o fez com os da Carris, que ontem, mais uma vez, foi feita uma declaração que passa por esse projeto privatista. Ao fazer isso, ele tentava derrotar a espinha dorsal da resistência no Município de Porto Alegre. Essa resistência será de longo curso, porque nós temos a convicção de que o Governo Marchezan não mudou a sua opinião, que o projeto do Marchezan segue sendo ajustar os direitos dos trabalhadores do serviço público. O tema é que a greve chegou

num impasse no sentido de que não há negociação com o Governo, teve uma mesa em mais de um mês de greve, e um conjunto de Vereadores da oposição independentes decidiu priorizar o projeto do regime para derrotá-lo na Câmara de Vereadores. Diante da iminência de uma derrota na Câmara de Vereadores, o Governo Marchezan retirou, na tarde de ontem, o PLCE nº 011, de 2017, que mexe no regime. Então, eu quero dizer a vocês que isso ele pode ter dito que ia suspender o projeto. Alguém me falou: “Mas, Fernanda, ele disse que suspendeu”. No ofício ficou muito claro: ele retirou de tramitação, porque não existe a figura da suspensão. Mas então, por que ele disse na rádio que suspendeu o projeto? Porque o Marchezan não quer dar o braço a torcer que ele perdeu uma batalha nessa guerra, que é longa, que nós vamos ter que fazer para o Governo Municipal! Ele perdeu essa batalha! Agora, uma guerra é feita de muitas batalhas! E nós teremos muitas batalhas pela frente! Nós sabemos que segue tramitando um projeto que privatiza o DMAE; que segue tramitando o projeto que parcela os salários; que entrou agora o PLCE nº 015/17, que acaba com a RTI e RDE ao transformar o regime em 40 horas; que segue tramitando o projeto da licença-prêmio; e que, ontem, mais uma vez, ele ameaçou a Carris.

Pelo Regimento da Câmara, acho que o Dr. Thiago pegou bem quando explicou aqui que precisaria da unanimidade de todos os Líderes. Não se enganem, nós não temos 36 Vereadores conosco! Nós temos Vereadores da oposição, Vereadores independentes, como os Vereadores da Comissão Especial, os Vereadores da base, como o Ver. Cassiá, que disse que votará contra o pacote, o Ver. Maroni, que disse que votará contra o pacote, assinou o ofício, o Dr. Goulart, o Ver. Airto Ferronato, que é da turma dos independentes; não dá tempo para nominar todos. Mas nós não temos todas as Lideranças para priorizar os outros projetos, porque, senão, o necessário seria priorizar todos os projetos e derrotá-los imediatamente. Mas nós não temos como! Não temos como, por conta que são projetos que mexem na Lei Orgânica. Então, por que o Governo, ontem, fez todo esse jogo de cena, da suspensão, disse que retiraria? Alguns falaram que, se ele retirar, ele pode reapresentar, assim como, se a gente rejeitar, ele pode reapresentar também. Mas ele quer diminuir a moral de uma categoria que está numa greve histórica e que derrotou parcialmente, ainda é preciso derrotar o conjunto dos projetos do Marchezan, para que não se saia fortalecido numa greve histórica para comandar um processo de resistência em toda a Porto Alegre. É preciso unificar com a resistência da Carris, é preciso uma assembleia popular com moradores, com usuários, com Conselho da Educação para derrotar o neoliberalismo no Município de Porto Alegre. A faca do pescoço do funcionalismo só vai sair quando a gente derrotar integralmente o Governo autoritário e reacionário do Marchezan e, para isso, vocês podem contar com a bancada de oposição, porque essa luta determinada pela capacidade de luta da categoria, luta de classe, correlação de força e capacidade de deslotar setores para acaçar esse projeto e devolver Porto Alegre ao seu povo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, queridos irmãos municipais, que são extremamente importantes e devem ser cada mais valorizados nesta e em todas as gestões. Nós temos tido um excelente diálogo, e não vejo divisão na Câmara, apesar de umas falas mais radicais, mais contundentes, os municipais são a causa dos 36 Vereadores. Não tem um Vereador, dos 36, que não priorize a questão relacionada a esses projetos de despesa de pessoal, do DMAE. E todos nós estamos extremamente preocupados para que o resultado desses projetos aqui na Casa seja para o bem da Cidade e, para ser para o bem da Cidade, tem que ser para o bem dos municipais. Entendo que pode ter havido, durante o processo, falas equivocadas de ambos os lados; entendo que ambos os lados podem ter, inclusive, criado umas polemicas desnecessárias; mas valorizo muito, muito mesmo a mobilização dos municipais e a forma como o Simpa vem dialogando com o Governo. Por outro lado, pessoal, é importante também que os municipais saibam – todos os Vereadores da Casa, a Direção do Simpa e o comando de greve sabem – que, no dia 24 de outubro, o Prefeito Marchezan encaminhou à Direção do Simpa quatro itens extremamente importantes que contemplavam, se não na totalidade, as questões mais cruciais e polêmicas demandadas pelo Simpa, pelo comando da greve, que representa os municipais. Faço questão aqui de ratificar esse ofício e fazer uma leitura rápida dele, porque ele contempla aquela angústia maior dos municipais, que é em relação à perda salarial, à perda da metade do salário, pois isso, realmente, não deve acontecer. No dia 24 de outubro, isso já foi extremamente, radicalmente colocado para a Direção do Simpa, para o comando de greve que não vai acontecer. Vou ler o item 1 (Lê.): “A não votação dos projetos atinentes às despesas de pessoal 10/2017, 07/2017, 08/2017 e DMAE, 11/2017, objeto da reunião realizada pelo prazo de 40 dias, permitindo-se os procedimentos e trâmites necessários para que estejam aptos a serem votados somente após o dia 2 de dezembro do corrente ano. Durante a tramitação...” Isso é muito importante, pessoal. Não é sangria desatada, não é não querer dialogar...

(Manifestação nas galerias.)

O SR LUCIANO MARCANTÔNIO: Por favor, pessoal! É do interesse nosso.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Pessoal, durante todo o tempo, nós mantivemos aqui um acordo que, quando um Vereador estiver na tribuna, ele tem o direito de falar, e as galerias esperam ele concluir seu raciocínio, para se manifestarem. Vamos manter esse acordo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Tudo o que falei aqui é importante vocês terem conhecimento, que vai ao encontro do que vocês estão lutando

legitimamente. É isso. Preciso que vocês me permitam ler a nota que já está, desde o dia 24 de outubro, com o Simpa e com todos os Vereadores daqui (Lê.) “Durante a tramitação, serão organizados Grupos de Trabalho com Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento e Procuradoria Geral do Município para discussão dos projetos”. Com a presença dos técnicos e políticos indicados pelo Simpa. No dia 24 de outubro, já estava claríssimo que nenhum projeto seria votado aqui sem que o grupo de trabalho, formado também com a presença de Vereadores, estudasse o projeto e, se necessário, o aperfeiçoasse e, se necessário, não o encaminhasse para votação. É isso o que eu quero dizer.

É importante, pessoal, e nós construímos junto com a direção do Simpa, é importante. Item 2 (Lê.) “Avaliar em conjunto com o Simpa [isso é resultado da reunião do dia 22 de outubro e esse é o ofício que foi dia 24 para o Simpa] a apresentação de proposta de alteração na Lei Orgânica Municipal para possibilitar o exercício de carga horária de 40 horas semanais no serviço público municipal, com o estabelecimento de grupo de trabalho para debater sobre a transição entre o regime atual de um exercício máximo de 30 horas semanais e sua amplitude.” Projeto que tem que ser construído com o Simpa e os Vereadores para nós termos concurso público para 40 horas! É uma nova lei. Item 3 – que é o mais importante, é o que mostra todos o interesse do Governo em não reduzir salário através de RDE – ofício ao Simpa dia 24 de outubro, que foi construído na reunião do dia 23 de outubro com o Prefeito Marchezan, em quatro horas de conversa construtiva, saudável, com a Direção do Simpa, com o comando de greve e com todos os Vereadores que quiseram ir. Item 3 (Lê.): “Encaminhamento de proposta de Mensagem Retificativa ao PLCE nº 011/17, apresentando a supressão do § 2º do artigo 37-A, com posterior redação a ser realizada em conjunto com a Câmara de Vereadores.” Item 4 (Lê.): “Atendimento das disposições legais e das decisões com trânsito em julgado referente aos dias paralisados no movimento grevista.” Ou seja, vocês vão ter o abono das faltas! Paralelo a tudo isso, o Prefeito, ouvindo a Câmara de Vereadores, ouvindo os municipais, propôs a retirada – e retirou! – do projeto de tramitação, ou seja, a demonstração de diálogo a que o Prefeito Marchezan está se propondo não pode ser maior! Além de todos esses itens...

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Luciano Marcantônio prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder pelo seu Partido.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Além de todos esse itens, que são exatamente a demanda maior na reunião que houve na Prefeitura no dia 23 de outubro, em que todos foram atendidos, para tranquilizar mais ainda os municipais, o Simpa, o comando de greve, a demanda dos Vereadores, o Prefeito retira o projeto sobre a RDE em respeito à cidade de Porto Alegre, em respeito ao que ele acordou com o Simpa no dia 23 de outubro.

Então, nós estamos buscando, pessoal, com muito diálogo, com muito respeito, atender às demandas necessárias, cruciais, procurando transpor os pontos mais

polêmicos de uma forma saudável, positiva. Tenho certeza de que vamos construir uma saída harmônica que combine o sucesso nesse processo dos municipais, do Governo, dos Vereadores e, principalmente, dos serviços públicos de que a nossa Cidade tanto carece. Eu quero agradecer muito mesmo à Direção do Simpa, que tem sido parceira de diálogo, tem sido parceira na construção dessas ideias que possam vir para contemplar os servidores em questões que enfrentam problema de diálogo, de comunicação. Eu tenho certeza do sucesso da nossa construção.

Há pouco nos reunimos com os Vereadores na sala ao lado. As quatro solicitações do Simpa e do comando de greve foram atendidas. Comunicação formal pelo Governo ao Simpa da retirada do projeto. A comunicação foi feita oficialmente ontem para a Câmara de Vereadores. O Presidente já leu aqui! Segundo: mesa de negociação...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado. Além de atendermos a todas as solicitações...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Municipários de Porto Alegre, o respeito que vocês estão exigindo do Prefeito de Porto Alegre eu peço o mesmo respeito de vocês aos Vereadores desta Casa. O Ver. Luciano Marcantônio usou o tempo de Liderança do Governo e, agora, está usando o tempo de Liderança do seu partido. Então, eu vou pedir a vocês que, quando um Vereador estiver na tribuna, seja ele qual for, seja qual partido for, seja qual for a mensagem que ele esteja dando, vamos respeitá-lo como nós pedimos respeito ao Prefeito. Vamos respeitar o Vereador para nós mantermos a nossa Sessão em ordem, como mantivemos durante todo esse período que aqui as senhoras e os senhores estiveram. Ver. Luciano Marcantônio, o seu tempo continua.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Tenho mais dois minutos e trinta segundos, vou concluir porque, em respeito a vocês, eu acho importante que vocês saibam como está sendo conduzida a relação do Governo com o Simpa, com muito diálogo, muita consideração e muito respeito aos municipais.

O que foi pedido ali na sala ao lado: comunicação formal do Governo pela retirada do projeto – foi feito ontem aqui na Câmara de Vereadores, que é o local apropriado, uma posição oficial do Governo para a retirada do projeto do RDE, dos regimes; Mesa de negociação – o Prefeito já instalou a mesa no dia 23 de outubro, numa reunião com o Simpa, ele propôs conversar Governo, servidores e Vereadores sobre todos os projetos, os quatros que envolvem despesa de pessoal e do DMAE; ajuste dos dias parados – para isso existe uma decisão judicial que abona as faltas de vocês; punições – não tem nenhuma comissão de inquérito instalada na Prefeitura até o dia de

hoje – não tem. E como foi dito ali, pessoal, essa questão de quarta-feira passada envolveu esta Casa, ela é legítima, e foi também para atender uma demanda dos municipais. Os Vereadores que participaram da reunião ao lado, que foram os que praticamente estavam aqui votando pelo requerimento de urgência do projeto de despesa de pessoal, todos entendem que a questão do Simpa em relação a parar a greve está contemplada! Nós estamos agora dialogando sobre o último encontro do Prefeito Marchezan com o Simpa, mas as questões estão atendidas, agora o que resta é o momento formal para a greve terminar. A questão prática já está demonstrada com a retirada do projeto! Nós estamos vivendo agora só de simbolismos. A questão prática é que o Governo quer intensamente dialogar, conforme nota do dia 24 de outubro, é a retirada do projeto ontem. Não tem como ceder mais, não existe como ceder mais! Nós queremos sentar com o Simpa, nós queremos sentar com o comando de greve, dialogar todos os projetos e aperfeiçoar o que for necessário para depois votar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, eu estava escutando o Líder do Governo e sei que o Marcantônio se esforça; o problema é que o Líder do Governo é o Marchezan. Na verdade, qual é o problema? O Marcantônio fez toda uma intervenção tentando demonstrar que o Governo quer negociar, quer dialogar... O problema sabe qual é, Ver. Marcantônio? Escuta isso, é que, se dependesse, inclusive, de todas as pessoas que estão aqui escutando essas sessões cansativas – gostariam de estar trabalhando e têm que ficar aqui escutando essas sessões cansativas –, se a vontade da categoria e a vontade da maioria dos Vereadores predominasse agora, nós votaríamos todos os projetos já. Então, o Governo – só para a gente se entender – só retirou, porque ele ia perder. Eu considero que se teve e se está tendo uma grande vitória, mas é uma vitória dadas as condições que existem, porque esse projeto que caiu, no início, eu achava, inclusive – e ainda tenho uma certa desconfiança, mas não tenho certeza –, que ele era o bode na sala. O que é o bode na sala? É algo tão absurdo, é algo tão ruim, que o Governo vai lá e coloca um bode na sala! Então, o Governo desarruma toda a casa, mas o pânico das pessoas é ter um bode na sala. Quando o Governo tira o bode, a sala segue desarrumada, mas o bode saiu. E realmente o bode era insuportável. E o Governo Marchezan é tão reacionário – e isso é uma novidade –, tão neoliberal, tão consciente de que ele deve ser um governo que responde aos interesses dos grandes capitalistas – e os grandes capitalistas do Brasil têm hoje um projeto, que é o de redução dos salários do conjunto da classe trabalhadora, de redução das condições de trabalho do conjunto da classe trabalhadora –, logo, os servidores públicos também devem ter os seus direitos reduzidos, essa é a lógica do Governo Marchezan. E ele tem essa lógica tão presente que até o bode ia virar móvel se não tivesse uma grande greve da categoria municipal,

que obrigou o Governo a tirar o bode. O Governo não queria, foi obrigado, então, foi uma vitória, eu não tenho dúvida disso.

Vocês têm uma greve em curso, e, como diz o ditado, se conselho fosse bom a gente vendia, eu não vou dar conselho para a categoria municipal sobre o que fazer com a sua luta, mas eu tenho claro que teve uma vitória, e tenho claro, aquilo que a Ver.^a Fernanda falava antes, que é a posição também do Ver. Alex, que é a posição da bancada do PSOL, que essa luta não vai terminar agora. Então, vocês podem terminar a greve, porque uma greve não acontece o tempo inteiro, não é permanente, mas vocês não podem se desarmar. E vocês não podem se desarmar por uma razão muito simples: o Governo não vai se desarmar, o Governo não vai deixar de atacar os interesses da categoria. Esta é a realidade, porque é a lógica do Governo. Talvez o Moisés, que tem os pais que são professores, servidores públicos, não goste que seja assim, talvez como Vereador ele nem pense sim, mas o Marchezan pensa assim. O Marchezan defende isso, o Marchezan tem um pensamento reacionário, é assim que ele pensa! Isso não vai mudar. Em relação a isso nós temos que ter essa consciência.

O Dr. Thiago fez uma fala aqui muito importante. Eu tenho dito sempre que, no que eu realmente confio, é na luta organizada do povo da classe trabalhadora. Mas, de fato, o Governo perdeu, por causa da greve e perdeu também porque ele perdeu a maioria na Câmara de Vereadores. Eu sempre falo que, no primeiro semestre, nós votávamos sempre separados, eu e o Janta. O Governo não tem 19 votos. E agora tem...

(Manifestação antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ROBERTO ROBAINA: O Ver. João Bosco Vaz diz que não tem 15 votos, mas sempre o temor de quem é gato escaldado é de que o Governo depois consiga maioria. Por que eu não gostava da ideia de votar daqui a 40 dias? Porque eu achava que esse era o tempo que o Marchezan queria para tentar ganhar maioria na Câmara de Vereadores! (Palmas.) O grande triunfo é que o Governo perdeu feio na Câmara, porque o trabalho que o Ver. Dr. Thiago está fazendo, o trabalho do Ver. João Bosco Vaz, o trabalho do Ver. Mauro Zacher, o trabalho do Ver. Márcio Bins Ely, os dois do PRB, Ver. José Freitas e Ver. Medina; os do PSD; o Ver. André Carús, do PMDB; o Ver. Cassiá Carpes, do PP; o Ver. Dr. Goulart usou a palavra aqui para dizer que assinava o documento; a palavra empenhada do Ver. Cláudio Janta; a bancada do PT... Eu acho que nós estamos numa situação razoavelmente confortável para ter uma certa confiança de que, pelo menos por ora, mantida as condições de temperatura e pressão, o Governo não ganha na Câmara. E neste documento aqui – isto é importante os municipais terem presente –, quem é que assinou? Porque o Ver. Rodrigo Maroni foi uma feliz novidade para mim. Eu fiquei felicíssimo que o Maroni tenha assinado, porque ele é da base do Governo e colocou a sua assinatura. Eu acho ótimo! Então essa é a convicção que eu tenho, eu concordo com o Thiago, e vou dizer mais: eu acho que, se fosse hoje, os servidores deveriam dar mais peso para a Câmara de Vereadores do que para o Prefeito Marchezan. E, se o Prefeito Marchezan não reúne, o problema é dele, só que, infelizmente, não é a Câmara que governa. Então, não é a Câmara que

depois pode decidir se vai perseguir ou não. Então, é normal que a categoria esteja alerta, mas é preciso avançar na construção de um pacto com os Vereadores e com a categoria para defender a Cidade. E defender a Cidade significa dar poder para aqueles que querem fazer com que a Câmara não aceite...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, trabalhadores, primeiro eu quero justificar que, na quarta-feira passada, eu estava em uma agenda particular. Na primeira vez, eu assinei junto com vocês. Aí eu fiquei sentado ali pensando, depois da fala do Thiago e do Robaina. A Fernanda me conhece e sabe que, quando eu voto em um projeto, eu não voto em bandeira; eu voto no projeto que é bom. E eu fiquei sentado ali pensando: De onde eu vim? Quem eu sou? Eu não nasci Tarciso Flecha Negra, eu vim de uma família muito humilde, de um pai trabalhador, empregado da Estrada de Ferro Leopoldina, que trabalhou 55 anos para criar 11 filhos um pouquinho. Então, eu não tenho um outro caminho. A minha bandeira, eu sempre disse, é a bandeira pela educação e pelo esporte, que foi onde eu nasci, onde eu vivi e onde eu aprendi a respeitar a todos. Aplausos e vaias fazem parte da vida, fazem parte do jogo. Muitas vezes eu fui aplaudido e muitas vezes eu fui vaiado, mas, quando eu era vaiado, eu procurava ver por que para tentar corrigir.

Eu entrei na Câmara de Vereadores em 2009 e nunca fui Governo, sempre fui independente, porque eu voto com o meu coração; eu não voto com pressão nem com o coração dos outros, eu voto com o meu coração. Por isso, eu tenho o respeito de todos vocês em Porto Alegre e estou aqui na Câmara de Vereadores. Eu sou independente. Contra esta bandeira, todos sabem aqui que eu não consigo ir, porque o Ver. João Bosco Vaz que está aqui presente, quando foi da Secretaria do Esporte, eu fiquei com o esporte até o fim, e fomos derrotados. Isso faz parte também do jogo, mas eu fiquei até o fim, porque é a minha bandeira. E a todos vocês, trabalhadores eu quero dizer que eu não preciso assinar, vocês podem ver o meu voto, mas eu vou assinar, se isso os satisfaz, eu assino. (Palmas.) Mas o meu voto vocês vão ver nas pequenas causas deste povo sofrido do Brasil e vão ver também nas grandes causas aqui no painel, votando “sim”. Quero dizer a vocês todos: eu não posso mudar o meu coração, porque eu estaria mudando o coração de um homem que lutou por 11 para dar esse pouquinho de educação, esse pouquinho de respeito. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, nós queremos protocolar junto à Presidência e pedimos que V. Exa. leia o documento.

(Procede-se à entrega do documento.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Recebo das mãos de diversos Vereadores um documento endereçado a esta Presidência, à Mesa Diretora e também endereçado ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, no qual consta (Lê.): “Os Vereadores e Vereadoras que subscrevem este ofício posicionam-se no sentido de reiterar sua posição a favor dos servidores públicos da cidade de Porto Alegre. O PL 07/17, PL 08/17, PL 10/17 e o recente PL 15/17 são projetos que alteram a Lei Orgânica do Município e não devem ser priorizados neste momento. O PL 11/17, por sua vez, foi retirado de tramitação a partir da iniciativa de 19 Vereadores em priorizá-lo para rejeição e, ato contínuo, o Executivo requereu seu arquivamento. Nesse sentido, através deste ofício, reiteramos a posição de derrotar todos os projetos de lei que atacam os serviços públicos e que tenham a contrariedade dos trabalhadores municipais”. (Palmas.) Assinam este documento (Lê.): “Ver. João Bosco Vaz, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Mauro Zacher, Ver. Dr. Thiago, Ver. José Freitas, Ver. Alvoni Medina, Ver. Cláudio Janta, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Aírto Ferronato, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Dr. Goulart, Ver. Rodrigo Maroni, Ver. Tarciso Flecha Negra, Ver. Adeli Sell, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Roberto Robaina e Ver. André Carús”. Recebo e dou ciência a este documento recebido e assinado por estes 22 Vereadores. Está à disposição se algum outro membro desta Casa quiser subscrevê-lo.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, apenas registrar que hoje o Ver. Baba Diba está assinando no lugar do Ver. Oliboni, então, ele ou o Oliboni derrotarão os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Seja bem-vindo a esta Casa o babalorixá Baba Diba, líder religioso de nossa Cidade. Tenho certeza de que seus filhos de santo jamais serão prejudicados nesta Cidade.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Ver. Cláudio Janta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, essencialmente servidores públicos e servidoras públicas do Município de Porto Alegre, estou falando em meu nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista e do nosso Partido, o PSB. Eu, acompanhando as manifestações, acredito que é interessante agregar um ponto: quando os projetos aqui chegaram, quando a movimentação e o tamanho da movimentação aconteceu, nasceu a ideia de criarmos aqui uma Comissão Especial,

onde diversos Vereadores assinaram, capitaneados pelo Ver. Dr. Thiago, para que se constituísse uma Comissão Especial em Defesa dos Direitos dos Servidores Públicos. E naquele momento, eu recebia também a visita do pessoal do DMAE propondo que eu apresentasse uma proposta de criação de uma Comissão Especial em Defesa do DMAE Público, e eu disse a eles o seguinte: em vez de nós criarmos duas comissões, criamos uma só, constituímos uma só. Portanto, a nossa Comissão Especial, ela trata dos projetos dos servidores e também trata dos projetos do DMAE, e nós tivemos belos resultados, belíssimas reuniões na Comissão, com a participação de muitos Vereadores de diferentes partidos, de situação, de oposição, independentes. Ajudamos a construir caminhos. Eu ouvi hoje de tarde uma manifestação de que agora se criaria uma Frente Parlamentar em Defesa do DMAE. E eu quero alertar que já existe uma Comissão Especial que anda bem, que andou bem e que foi proposta minha, ontem, para o Presidente da Comissão, que se dessa continuidade a ela, não vejo necessidade dessa frente, até porque numa Comissão só as coisas andam e com maior e melhores resultados.

Eu sempre tenho dito o seguinte: sou funcionário desde 1975 e Vereador desde de 1989. E no momento de hoje dá para agregar um ponto naquilo tudo que aqui foi dito. A composição da remuneração de nós, servidores públicos da União, do Estado e do Município, nós temos um salário básico ridículo na maioria das vezes. Um salário básico que não pode, não expressa aquilo que nós representamos no contexto do serviço público. Para uma recuperação do salário básico, e isso faz 40 anos ou mais que se inventou, foram criados os regimes. O regime é um agregado em cima do salário básico. Ouve-se por aí uma conversa de que nós temos isso, temos aquilo, mas, na verdade, é uma complementação do salário, repito, básico mínimo. Portanto, com qualquer retirada do regime, de qualquer regime, nós estaremos cometendo uma grave injustiça com relação à história do servidor e do serviço público. Foi por isso, em razão disso que, como relator da Comissão, falei, desde a primeira reunião, que meu relatório seria contra os projetos – falei na primeira, repeti, faria e farei o relatório contrário aos projetos. Outro agregado que nós temos: 15%, em 15 anos; 25%, em 25 anos. Eu sei que vocês todos sabem o que eu estou dizendo, mas eu acho que é muito bom e o momento é apropriado para fazer esse registro para os anais da Câmara: com os 15% em 15 anos de serviço, nós, servidores públicos, ganhamos 1% ao ano de agregado; e em 25 anos nós não ganhamos mais 25%, ganhamos mais 10%. Ora, se nós, servidores, num plano de carreira que nos dá apenas e tão semente 1% ao ano, quebramos as finanças do setor público, é um absurdo com que nós não concordamos! Portanto, essas três questões, para mim, são sagradas, e qualquer eliminação disso termina com a carreira. Nós somos, sim, a solução das questões de serviço público dos municípios, dos estados e da União. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, em primeiro lugar, quero dar os parabéns aos municipais por essa vitória de hoje, uma grande vitória. É importante que se saiba que parte do que aconteceu nesta Casa, e talvez você que está assistindo em casa pela TVCâmara ou você que está na galeria não saiba que não obstante o protagonismo da Ver.^a Melchionna – a quem deixo aqui o meu elogio, ela sabe que, apesar das diferenças ideológicas que nos separam, eu reconheço que ela é uma das Vereadoras mais atuantes desta Casa, muito trabalhadora – é que neste meu primeiro mandato estou muito orgulhoso desta Casa. Aquilo que falei no começo de todo esse processo de que nós, Vereadores de Porto Alegre, junto com os funcionários públicos, junto com a sociedade, deveríamos protagonizar esse debate. Isso demonstra o que está acontecendo hoje, em que os protestos, as manifestações dos municipais se dão muito mais nesta Casa do que em frente ao Paço Municipal. A cidade de Porto Alegre e seus segmentos têm acordado para os seus representantes, para aqueles que legislam, para aqueles que estão na arena dos debates e dos conflitos, das opiniões, dos projetos diversos, que aqui de maneira dialética se confrontam para que a gente encontre um denominador comum.

Quero dizer a todos que a retirada desse projeto, há mais de 15 dias, também tem o empenho de muitos Vereadores da base, que, conversando com o Prefeito, estavam sugerindo que os projetos fossem retirados para retomarmos o diálogo, a dialética e o colóquio sobre o tema aqui na Casa. Então não pensem que esse ofício do Prefeito e o que aqui aconteceu aqui hoje, simplesmente, caíram do céu como um raio de luz, e foi arrancado a fórceps nesse confronto que temos visto ultimamente na Cidade. Todos os Vereadores desta Casa – eu não excludo nenhum, nem aqueles que divergem de mim, nem aqueles que concordam –, todos os Vereadores desta Casa estavam empenhados para que a gente tivesse uma solução para esse impasse em Porto Alegre. E eu quero dizer que hoje não só os municipais, mas toda a cidade de Porto Alegre saiu vitoriosa porque nós vamos restabelecer o diálogo, e sem diálogo não há política. Toda violência é muda, é por isso que, em toda doutrina totalitária e fascista, a primeira coisa que quer é costurar a boca do outro. Tudo que o fascismo quer é costurar a opinião adversa, sabem por quê? Porque o totalitarismo é antipolítico por excelência; porque o totalitarismo cala o outro, busca hegemonia e age com violência física e moral contra quem pensa diferente. Hoje, Presidente, nesta Casa, nós restabelecemos parte da ordem pública que passa pelo diálogo, que passa pelo debate entre os Vereadores.

Eu quero dar os parabéns aos Vereadores Ver. Moisés Barboza e Marcantônio, Líder e Vice-Líder do Governo, que também estavam empenhados num desfecho favorável à Cidade, para que a gente restabelecesse esse diálogo. É importante que se faça essa justiça, Ver. Moisés, porque a base estava empenhadíssima para que os projetos pudessem ser zerados, rediscutidos do zero. A retirada do PL nº 011 foi também um apelo da própria base do Prefeito para que a gente pudesse fazer desta Casa – que é a Casa do diálogo, a Casa da política – a casa do consenso e de realização do bem comum. Eu deixo os meus parabéns a quem esteve aqui resistindo e lutando, democracia se faz assim. Deixo os meus parabéns, mais uma vez, à Ver.^a Fernanda Melchionna, que não está aqui no Plenário, a todo mundo que se organizou...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Vou responder a vocês: eu só assumo compromissos que vá cumprir porque eu não faço demagogia; eu tenho posição. A última cláusula que diz que vou rejeitar todos os projetos me impede de assinar, mas eu sou parceiro. Impede, eu sou sincero, eu não vim aqui fazer demagogia! Vocês vão contar comigo em muitos dos projetos e em muitas das causas, mas eu não posso assumir irresponsavelmente uma cláusula *ad perpetuam* e dizer que, para sempre, e vou votar contra todos os projetos que contrariem o interesse dos funcionários público. Seria uma irresponsabilidade, e eu não vou assinar por isso, mas vocês vão ter em mim um parceiro na maioria da causas. Não assino porque tenho responsabilidade e eu não vim aqui nesta Casa fazer demagogia com ninguém. Eu não me comprazo com aplausos, não tenho orgasmos com aplausos, tampouco melancolia com vaias. Estou aqui para servir àqueles que me elegeram a partir da minha própria consciência, e essa minha consciência me manda ouvir a todos; os que estiveram no meu gabinete e que trouxeram as razões dos municipais sabem do que estou falando. Já recebi mais de 150 municipais no meu gabinete. Ouvi com ouvidos atentos e com sinceridade, e em muitos dos projetos estava formando a minha opinião a partir do diálogo e a partir da conversa, porque política se faz com diálogo, política se faz ouvindo o outro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, caros colegas Vereadores, boa tarde a todos visitantes da nossa Câmara Municipal. Antes de começar a minha fala, estive prestando a atenção nos discursos de todos Vereadores e na manifestação da galeria, quero reforçar que sou Vereador independente desta Casa, ajudei, inclusive, talvez tenha sido uma das lideranças que barraram o aumento de IPTU na Cidade de Porto Alegre, e tenho atuado dessa forma, buscando a racionalidade e afastando o máximo possível as paixões ideológicas do debate político para que a gente possa pensar naquilo que é melhor para a Cidade.

Diante disso, confesso que estou bastante assustado ao ver 22 Vereadores assinarem um compromisso contra todos os projetos enviados pelo Executivo. Todos! Eu faço ênfase no todos porque acho que isso é de um radicalismo que não ajuda a cidade de Porto Alegre, que não colabora para o debate político e tampouco para o futuro dos servidores e cidadãos da cidade. Digo isso pelo seguinte: os cidadãos de Porto Alegre, muitos deles que votaram em Vereadores que não assinaram ou até que assinaram, mas que discordam de vocês, discordam de projetos, têm outras opiniões sobre o futuro da Cidade. Por que eles não têm o direito de debater os projetos de funcionalismo? Lembro que o cidadão de Porto Alegre, assim como todos nós que

pagamos imposto, paga a conta pelo meu salário, pelo salário dos meus colegas, pelo salário de todos vocês que estão aqui presentes, pelo salário do Prefeito Nelson Marchezan. Por que o cidadão de Porto Alegre não tem o direito de discutir os projetos dos servidores representados pelos Vereadores que eles elegeram? Por quê? Por que 22 Vereadores querem assinar um compromisso contra todos os projetos? Por que o sindicato quer calar Vereadores eleitos por pessoas que discordam das suas visões? E pergunto: o cidadão de Porto Alegre realmente não tem o direito de discutir o fim da licença-prêmio? Não tem? A licença-prêmio caiu na União há quase 30 anos! E vocês acham que não existe esse direito? Quantos dos 14 milhões desempregados no Brasil têm acesso à licença-prêmio? Nós não podemos discutir isso aqui em plenário? Os Vereadores desta Casa não foram eleitos para debater os assuntos relativos à Cidade? Até onde eu sei, foram. Alguns defendem aquilo em que vocês acreditam, outros divergem daquilo que vocês acreditam. Isso é parte de uma democracia. Precisamos trazer a racionalidade ao plenário. Engraçado que a nota assinada pelos Vereadores diz que são contra todos os projetos porque eles atacam o funcionalismo. Pois bem, tem um projeto ali que não ataca o funcionalismo: o projeto de PPP e concessões para o DMAE não ataca o funcionalismo. Ele ataca os 60% de cidadãos de Porto Alegre que não têm acesso a esgoto. Por um falso discurso do sindicato de privatizações... E olha, eu sou um Vereador que gostaria, sim, de ver privatizações, mas o DMAE não pode ser privatizado. Não pode, é um Departamento! Mas é um discurso falso, que está inclusive na camiseta de alguns de vocês: “Contra a privatização do DMAE”. Não tem como fazer. Mas por que impedir o debate daquilo que é melhor para os cidadãos de Porto Alegre? Que podem ser, sim, algumas parcerias público-privadas para construção de casas de bombas, para construção de dutos, canos de água e esgoto. Não entendo, não faz sentido. Impedir o debate disso é atacar o cidadão de Porto Alegre, que tem, sim, sua voz representada na figura de diversos Vereadores que aqui estão presentes.

Então, eu é uma atitude antidemocrática, ditatorial, autoritária ser e se posicionar, de antemão, contra todos os projetos e tentar negociar a partir desta premissa: de que só há diálogo e fim da greve com a retirada de todos os projetos. Eu acho que não é assim que se desenha e se projeta um futuro melhor para Porto Alegre e para os seus cidadãos. Muito obrigado, e, respeitosamente, está aqui a minha posição. Divirjo em alguns pontos de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. Só quero fazer um apelo: temos ainda a Ordem do Dia em Sessão Extraordinária que vamos fazer, pois temos itens a serem votados. Por isso faço um apelo aos Vereadores para mobilizarem as suas bancadas para que, ao encerrarmos esta Sessão, acordemos com as Lideranças para abriremos uma Sessão Extraordinária para cumprirmos a pauta. Agradeço muito às senhoras e aos senhores, só lembrando que é da

democracia a manifestação do livre pensar dos Vereadores, que tenhamos a capacidade de tolerar e respeitar, mesmo que seja contra o nosso entendimento. Agradeço muito pelo respeito ao Vereador que estiver na tribuna.

O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOSÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas, servidores públicos presentes, os que nos acompanham pela TVCâmara e pelas redes sociais da Câmara de Vereadores. Vim a esta tribuna porque algumas vezes fui citado, bem como para responder a alguns questionamentos que meu colega, Ver. Robaina, fez aqui na tribuna. Antes gostaria de fazer um questionamento não só dos municipais, mas também de nós, colegas, sobre o que foi dito por um colega na última reunião plenária sobre a palavra “liberdade”. Estou falando pelo meu mandato; não falo pelo Governo. Tenho amigos em todos os partidos, colegas de vários partidos que admiro e respeito, mas não podemos desrespeitar aquele que pensa diferente de nós. Isso fere a liberdade de todos nós, independente do partido ou lado em que estejamos hoje. Nós, diariamente, no Brasil, lutamos e dizemos que respeitamos a liberdade, portanto eu gostaria que os Vereadores que pensam um pouco diferente fossem respeitados, independentemente, assim como faríamos se esta plateia estivesse vaiando colegas aqui que representam as senhoras e senhores. Então queria dizer para o colega Robaina, que falou sobre a base, o tamanho da base, nós nunca tivemos maioria, a base do Governo nunca foi maioria na Câmara. O que houve aqui foi, na realidade, um compromisso, lido por mim, de que o Governo estava pedindo a esta Casa a priorização do fundo de segurança, da lei antivandalismo, dos aplicativos e dos táxis. Foi o primeiro gesto de dizer claro que nós não íamos mais recorrer à questão de que nós fomos acusados de mandar para cá projetos importantes sem diálogos, sem debates. Esta Casa tem uma comissão para discutir os projetos do funcionalismo, tiveram várias reuniões, vários Vereadores aqui de blocos independentes, eu não estou falando da base, estou falando de Vereadores do PMDB que me antecederam, de Vereadores do PTB, de Vereadores do PP, que lembraram esse histórico. Então, em primeiro lugar, eu quero pontuar: eu entendo e respeito a sua opinião quando o senhor disse que era talvez, e o senhor usou com muita propriedade a palavra “acho”: “Eu acho que o Governo estava querendo ganhar tempo para ampliar e ter maioria na base.” Vou ser bem objetivo na resposta, com muita transparência do trato que nós dois temos aqui no dia a dia: não é isso. O que há é uma vontade clara de haver debate, deixar claro, em primeiro lugar, e aí peço a atenção da servidora e do servidor, e foi muito bem lembrado aqui que sou de uma família de servidores. O texto como foi enviado para cá precisa de debate e precisa de alterações, para que fique claro que nenhum direito adquirido do servidor municipal será retirado. Em primeiro lugar é isso, não existe uma teoria da conspiração que diga outra coisa. Isso é recorrente. Nós sabemos que temos aí 2 mil servidores que não têm dois anos com o seu RDE, e, nesses dez meses, neste ano todo, este Governo não retirou os RDEs que poderiam ser retirados, como foram nos outros governos. Esses servidores não terão, porque eles prestam o serviço que o Município precisa. Na comissão de que

nós fazemos parte, há esse indicativo de que tem que, claramente, constar que quem está não terá o seu salário diminuído, retirado, como se tem dito; é assim que será feito com o tempo, é isso. E deixando claro que são 2 mil servidores de 30 mil, de 26 mil ativos, é isso, para que não paire nenhuma dúvida. Agora, se houver isso, como está sendo feito com um grupo de trabalho estabelecido, com comissão nesta Casa, que tem sido muito importante no diálogo, eu vou ser muito objetivo: vários Vereadores não assinaram este documento, eu diria aos munícipes, por um motivo, porque alguns Vereadores, nesta cláusula que foi dita aqui, não concordam, por exemplo, com a permanência da licença-prêmio remunerada, sem que haja o trabalho, querem discuti-la como a licença de qualificação do Estado. Então, vários Vereadores gostariam de assinar e não vão assinar por causa disso.

Quero deixar muito claro aqui, em nome do diálogo, esse Governo, os colegas independentes, não só os da base, querem, com muita sensibilidade, deixar claro que direitos adquiridos não serão retirados, esse é o entendimento majoritário do Governo. Ele retirou o PLCE nº 011/17 para que a gente possa fazer nosso trabalho. Obrigado, Presidente. Era o que constava.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Moisés. Convido os Líderes a se aproximarem da Mesa. (Pausa.)

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h53min.)

* * * * *